



PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER
ANA CLAUDIA BEPPU

Coordenadores

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL

UMA NOVA VISÃO A PARTIR
DA LEI Nº 13.709/2018

Prefácio

Humberto Ávila

Apresentação

Paulo Ayres Barreto

Coordenadores

PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER
ANA CLAUDIA BEPPU

FORUM

Este livro é uma contribuição da Associação Brasileira de Direito de Tecnologia da Informação e das Comunicações (ABDTIC) para um dos principais assuntos jurídicos no Brasil e no mundo: a proteção de dados pessoais.

Depois de muitos anos de discussão, em agosto de 2018, foi editada a Lei nº 13.709. Esta obra é uma das pioneiras na análise deste diploma, apresentando pontos de reflexão e antecipando diversas questões que deverão ser enfrentadas com a sua aplicação.

O livro é um convite ao conhecimento mais profundo desta matéria, abordando, dentre outros, temas como privacidade, titularidade de dados, consentimento, transferência internacional de dados, uso de dados pelo Poder Público, *enforcement*.

Área específica

DIREITO EMPRESARIAL

Áreas afins

PROTEÇÃO DE DADOS, PRIVACIDADE,
DIREITO CONSTITUCIONAL E
ECONOMIA DIGITAL

Público-alvo/consumidores

Advogados e estudantes de Direito

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001580

P123 Proteção de dados pessoais no Brasil: uma nova visão a partir da Lei nº 13.709/2018 / Paulo Marcos Rodrigues Brancher, Ana Claudia Beppu (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

324 p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0647-3

1. Direito Empresarial. 2. Proteção de Dados. 3. Direito Constitucional.
I. Brancher, Paulo Marcos Rodrigues. II. Beppu, Ana Claudia. III. Título.

CDD: 341.46

CDU: 346.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRANCHER, Paulo Marcos Rodrigues; BEPPU, Ana Claudia (Coord.). *Proteção de dados pessoais no Brasil: uma nova visão a partir da Lei nº 13.709/2018*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 324p. ISBN 978-85-450-0647-3.

PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER

Advogado em São Paulo. Professor Livre Docente pela PUC/SP. Foi Presidente da Associação Brasileira de Direito de Tecnologia da Informação e das Comunicações (ABDTIC) entre 2007 e 2008. Coordenador da *Revista Fórum de Direito na Economia Digital*.

ANA CLAUDIA BEPPU

Advogada em São Paulo, atuante em questões de telecomunicações, mídia, tecnologia, internet e privacidade. Foi Presidente da Associação Brasileira de Direito de Tecnologia da Informação e das Comunicações (ABDTIC) entre 2016 e 2018. Coordenadora da *Revista Fórum de Direito na Economia Digital*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: EVOLUÇÃO DO CENÁRIO LEGISLATIVO NO BRASIL

Gabriella G. L. de Salvio, Sandra Rogenfisch, Roberta Ladeira	15
1 Introdução	15
2 Contexto internacional	18
3 A privacidade e a proteção de dados no Brasil antes da LGPD	23
3.1 Constituição Federal	24
3.2 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90)	26
3.3 Código Civil (Lei nº 10.406/2002)	27
3.4 Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	27
3.5 Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	27
4 Projetos de lei que deram origem à LGPD	33
5 PLC nº 53/2018 e Semelhanças com GDPR	37
6 Processo de aprovação do PLC nº 53/2018, os impactos dos vetos presidenciais e a edição da MP nº 869/2018	47
7 Conclusão	56
Referências	58

PRINCÍPIOS GERAIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS ELENCADOS NO ART. 6º DA LEI Nº 13.709/2018 (LGPD)

Paulo Marcos Rodrigues Brancher, Fabio Ferreira Kujawski, Ana Carolina Heringer Costa Castellano	63
1 Introdução	63
2 Lei nº 13.709/2013 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD)	66
3 Princípios da LGPD	69
3.1 Finalidade e Adequação	70
3.2 Necessidade	72
3.3 Livre Acesso e Transparência	74
3.4 Qualidade dos dados e não discriminação	76
3.5 Segurança e Prevenção	79
3.6 Responsabilização e Prestação de Contas	81
4 Conclusão	83
Referências	84

DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Raphael de Cunto, Larissa Galimberti, Marcel Leonardi	87
1 Introdução e conceitos	87
1.1 Titular	87
1.2 Dado pessoal	88
1.3 Tratamento	88
1.4 Agentes de tratamento	88
1.5 Encarregado	89
1.6 Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	89
2 Direitos assegurados aos titulares	90
2.1 Titularidade dos dados pessoais	90
2.2 Direitos em relação ao controlador	91
2.2.1 Direito de confirmação do tratamento	91
2.2.2 Direito de acesso	91
2.2.3 Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados	93
2.2.4 Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados	93
2.2.5 Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto	94
2.2.6 Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular	95
2.2.7 Uso compartilhado de dados	96
2.2.8 Possibilidade de não fornecer consentimento	96
2.2.9 Revogação do consentimento	97
2.3 Direito de petição	97

2.4	Direito de oposição	98
3	Revisão de decisões automatizadas.....	98
4	Utilização de dados e exercício regular de direitos.....	99
5	Tutela judicial dos direitos.....	100

OS FUNDAMENTOS LEGAIS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: OS INCISOS I E IX DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 13.709/2018

Ana Cláudia Beppu, Tomás Filipe Schoeller Ribeiro Paiva		101
1	Introdução	101
2	A legitimidade do tratamento como <i>conditio</i> para flexibilização da regra protetiva.....	102
3	Do consentimento.....	106
4	Do tratamento a partir de <i>legítimos interesses</i> do controlador ou de terceiros.....	109
5	Conclusão	120
	Referências	121

PROTEÇÃO DE DADOS E DIREITO DA CONCORRÊNCIA: A PRIVACIDADE COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO

Daniel Douek, Ricardo Pastore, Bruno Renzetti		123
1	Introdução	123
2	O protagonismo dos dados na economia do século XXI.....	125
3	As novas diretrizes para proteção de privacidade da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira – Lei nº 13.709/2018	127
4	A incorporação da privacidade no direito da concorrência: um diferencial competitivo.....	131
5	A intersecção entre direito da concorrência e privacidade: como as autoridades se posicionam?	133
6	Conclusão	142
	Referências	144

INTERSECÇÃO ENTRE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS: PONTOS PARA REFLEXÃO

Marcio Dias Soares, Ana Carolina Bittar		
1	Introdução	147
2	Dinâmica concorrencial da <i>data-driven economy</i>	148
3	Os impactos da LGPD	158
4	Conclusão	162
	Referências	162

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Cibelle Linero Goldfarb, José Eduardo de V. Pieri.....		165
1	Introdução	165
2	Tratamento de dados pessoais no âmbito das relações de trabalho... 168	
2.1	Antes do início da vigência da Lei nº 13.709 – Lei de Proteção de Dados Pessoais.....	168
2.2	Após início da vigência da Lei nº13.709 – Lei de Proteção de Dados Pessoais.....	171
3	Hipóteses para tratamento de dados pessoais.....	173
4	A proteção de dados pessoais na relação de emprego	179
4.1	Dados pessoais dos empregados comumente acessados pelo empregador.....	179
4.2	Coleta e tratamento de dados pessoais em processo de recrutamento e seleção	180
4.3	Contratação e coleta de dados.....	183
4.4	Transferência de dados pessoais para terceiros	184
4.5	Investigações internas x legítimo interesse	186
4.6	Término do contrato de trabalho e manutenção dos dados pessoais... 187	

4.7	Consentimento do empregado	188
5	Conclusão	189
	Referências	190

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DO SERPRO

	Mateus Piva Adami, Daniel Douek, Natalia Langenegger, Isabela de Oliveira Parisio, Pedro Farias	193
1	Introdução	193
2	Serpro: serviços oferecidos com tratamento de dados	197
3	Investigação contra o Serpro iniciada pelo Ministério Público do Distrito Federal	210
4	Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: os impactos da LGPD.....	212
5	Reflexões preliminares sobre o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....	217
6	Conclusão	222
	Referências	223

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS: ANTECEDENTES MUNDIAIS E SUA APLICAÇÃO NA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

	Ana Paula Bialer, Priscila Couto	225
1	Introdução	225
2	Histórico dos instrumentos legais internacionais e regionais sobre transferência internacional de dados	227
2.1	OCDE e Conselho da Europa	227
2.2	APEC Privacy Framework	229
3	A LGPD e sua inspiração na legislação da União Europeia	232
3.1	A LGPD e a transferência internacional de dados.....	233
3.2	Bases legais para a transferência internacional de dados: adequação e garantias oferecidas pelo controlador	234
3.3	Demais bases legais para a transferência internacional de dados.....	239
4	Conclusão	240
	Referências.....	241

MECANISMOS PROCESSUAIS PARA TUTELA DA PRIVACIDADE E DOS DADOS PESSOAIS A PARTIR DA LGPD

	João Carlos Zanon, Thiago Silveira Antunes, Letícia Caroline Méo	243
1	Introdução	243
2	A nova tutela jurídica da privacidade frente à LGPD.....	251
3	Os mecanismos processuais.....	261
4	Proteção processual no plano coletivo	261
5	Proteção processual no plano individual	265
6	Conclusão	268
	Referências.....	270

ACCOUNTABILITY E RESPONSABILIZAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS

	Ricardo Barretto Ferreira da Silva, Camila Taliberti Ribeiro da Silva, Juliana Sene Ikeda, Lorena Pretti Serraglio	273
1	Introdução	273
2	Aspectos gerais de <i>accountability</i>	274
3	Indicação de um encarregado pelo tratamento de dados pessoais ...	280
4	Registro das operações de tratamento	283
5	Segurança e <i>Privacy by Design</i>	284
6	Relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPDP).....	287
7	Notificação em caso de incidente de insegurança	289
8	Boas práticas e governança de privacidade.....	290
9	Conclusão	292
	Referências	293

ENFORCEMENT DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SANÇÕES

Eduardo Hayden Carvalhaes Neto, Karen Mentzingen Coutinho	295
1 Breves considerações iniciais sobre a relevância das sanções administrativas para a eficácia da lei	295
2 Sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados	297
2.1 Comentários às sanções previstas na LGPD	297
2.2 Sanções vetadas: suspensão e proibição do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais e do funcionamento do banco de dados.....	301
3 Dosimetria das sanções administrativas.....	302
3.1 Princípio geral aplicável à Administração Pública.....	302
3.2 Regras previstas na LGPD	304
3.3 A graduação da sanção no âmbito de agências reguladoras	306
4 Competência para aplicação da LGPD.....	308
4.1 Veto inicial à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)...	308
4.2 Criação da Autoridade Nacional	309
4.3 O valor de uma autoridade sancionadora para a eficácia da LGPD...	311
4.4 A importância de uma autoridade independente	314
5 Conclusão	317
Referências.....	318
 SOBRE OS AUTORES.....	 321